



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

LEI MUNICIPAL Nº 1.224/2005, DE 16/06/2005.

**“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2006, e dá outras providências”.**

O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal de Coxim Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as Diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos Anuais do Município, relativos ao exercício de 2006, observado o disposto nos arts. 18 e 63 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e subseqüentes, no que couber, compreendendo em especial:

- I – metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização do orçamento;
- III – as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV – as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município e suas alterações;
- V – as diretrizes específicas do orçamento fiscal;
- VI – as diretrizes específicas do orçamento de investimento;
- VII – as diretrizes específicas do orçamento da seguridade social;
- VIII – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- X – as disposições finais;

Parágrafo único Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I – de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – de Metas Fiscais; e
- III – de Riscos Fiscais.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

CAPITULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual – PPA – 2006 a 2009, a ser aprovada por Lei Municipal, definida nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2006.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 4º da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Metas e Prioridades da Administração Pública para o Exercício de 2006, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2006 será dada maior prioridade:

- I – às políticas de inclusão;
- II – à austeridade na gestão dos recursos públicos; e
- III – à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

§ 2º A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo a que se refere o *caput*, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 4º O Município de Coxim viabilizará atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º A proposta orçamentária do Município de Coxim, relativa ao exercício financeiro de 2006 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e da transparência na elaboração e execução do orçamento, observado o seguinte:

I – o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre os indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

III – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 6º Para efeito desta lei, entende-se por:

I – diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;

II – função: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III – subfunção: uma participação da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretizar os objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais, resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

VIII – modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividade, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade, e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais e respectivos subtítulos.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

Art. 7º O projeto de Lei orçamentária a ser encaminhado ao Poder Legislativo, compreenderá:

I – Mensagem, que deverá constar:

- a. o comportamento da receita do exercício anterior;
- b. o demonstrativo dos gastos públicos, por órgãos, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- c. a situação observada no exercício de 2004 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- d. o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- e. o demonstrativo do cumprimento da disposição Constitucional, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultante de impostos em saúde; e
- f. a discriminação da Dívida Pública Acumulada.

II – Texto da Lei

III – Consolidação dos quadros orçamentários;

IV – Anexo dos Orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a Receita e a Despesa na forma definida nesta Lei;

V – Discriminação da legislação da receita e despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

Art. 8º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos:

II – do resumo da estimativa da despesa total do Município, por elemento de despesa e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos:

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista e estimada para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

VIII – da despesa realizada nos dois exercícios imediatamente anteriores;

IX – da despesa fixada e estimada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – da despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta;

Art. 9º O Orçamento Fiscal que o Poder executivo encaminhará à Câmara Municipal até 15 de outubro de 2005 nos termos do artigo 139 da Lei Orgânica de Coxim, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais.

Art. 10. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º As categorias econômicas serão assim detalhadas:

I – Despesas Correntes; e

II – Despesas de Capital.

§ 2º Nos grupos de natureza da despesa o seguinte detalhamento:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V – inversões financeiras e

VI – amortização da dívida.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

§ 3º Nas especificações das modalidades de aplicação será, observado no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos;
- II – Transferências à Instituições Multigovernamentais; e
- III – Aplicações Diretas.

§ 4º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária.

§ 5º O orçamento fiscal indicará as fontes de recursos, da receita municipal, da seguinte forma:

- 001 - Recursos Ordinários;
- 002 – Recursos do Estado;
- 003 – Recursos da União;
- 004 – Recursos Próprios da Autarquia;
- 005 – Recursos Oriundos de outros Países ou Instituições Internacionais; e
- 999 – Reserva de Contingência.

§ 6º As fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou nelas ser, incluídas novas fontes exclusivamente pela Secretaria Municipal de Gestão, mediante publicação de Decreto no Jornal Oficial do Município, com a devida justificativa para atender às necessidades de fontes de execução.

§ 7º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais;

Art. 11. O projeto de Lei relativo ao Orçamento de 2006, será apreciado pela Câmara Municipal, respeitados os dispositivos constantes da Lei Orgânica do Município (arts. 136 à 147).

Parágrafo único. Serão, rejeitados pela Comissão de Orçamento e Finanças e perderão o direito de destaque em plenário, as emendas que:

- I – Contrariarem o estabelecido na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, na forma e detalhamento descritos no plano Plurianual e nesta Lei;
- II – No somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 25 %;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

III – Não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da unidade, com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;

IV – Anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

- a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;
- b) recursos para o atendimento de serviços da amortização da dívida.
- c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;
- d) recursos vinculados;
- e) recursos destinados a Educação e Saúde.

V – A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto no projeto de lei orçamentária.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 12. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2006, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar a 8% (oito por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Art. 13. O Poder Legislativo encaminhará ao Executivo sua proposta orçamentária para fins de consolidação, até o dia 20 de junho do corrente ano.

Art. 14. A despesa total com pessoal do Poder Legislativo não poderá ultrapassar a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida.

Art. 15. O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, conforme previsto no artigo 29-A, da Constituição Federal.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Art. 16. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Serão divulgados na Internet, ou Jornal de circulação local ou regional ao menos:

I – pelo Poder Legislativo, no que couber, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

II – pelo Poder Executivo:

a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000;

b) a proposta de Lei Orçamentária e seus anexos;

c) a Lei Orçamentária Anual; e

d) as alterações orçamentárias realizadas mediante abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal Gestão, deverá:

I – manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no *caput* do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e

II – providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei orçamentária Anual do exercício de 2006 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º A Câmara Municipal deverá enviar até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2006, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

§ 2º O Poder Executivo deverá publicar, à programação financeira e o cronograma mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2006.

Art. 18. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 19. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira para as seguintes despesas abaixo:

- I – racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;
- II – redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- III – contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;
- IV – eliminação de despesas com horas extras;
- V – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores; e
- VI – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração pelo chefe do poder.

Parágrafo único. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 20. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Municipais e Empresas Públicas serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de maio de 2005 e apresentadas ao Setor encarregado pelo Planejamento até o dia 4 de junho de 2005, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Art. 22. Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Art. 23. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 24. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 25. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Diretoria de Orçamento, até 16 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2006 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, §1º, da Constituição Federal, e discriminada por grupos de natureza de despesas, conforme detalhamento constante do artigo 10 desta lei, especificando:

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número de precatório;
- III – tipo da causa julgada;
- IV – data da autuação do precatório;
- V – nome do beneficiário;
- VI – valor do precatório a ser pago;
- VII – data do trânsito em julgado; e
- VIII – número da vara ou comarca de origem.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009 e suas alterações e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que for aprovada para o exercício de 2006.

Parágrafo único. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 27. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e serviços públicos, de campanhas de natureza educativa ou preventiva, e com a publicação de editais e outras legais.

Parágrafo único – Deverão, ser criadas nas propostas orçamentárias das Secretarias de Educação Cultura e Esporte, de Saúde e de Assistência Social, além da assessoria de imprensa, dotações para suprir as despesas constantes do caput deste artigo, com a devida classificação programática, visando à aplicação de seus respectivos recursos vinculados, quando for o caso, em atendimento à legislação vigente.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Art. 28. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas às respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal;

III – vinculadas as receitas provenientes de impostos, a órgãos, fundos ou despesas ressalvadas as previstas nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal; e

IV – realizados pagamentos, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado à administração municipal.

Art. 29. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperação técnica e, ou financeira; e

II – clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

Parágrafo único. Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária do exercício de 2006, o Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 30. É vedada à inclusão na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotação orçamentária a título de subvenções sociais para entidades e associações de qualquer gênero, exceção feita ao Centro de Apoio aos Servidores Públicos Municipais - CEASP, escolas para atendimento pré-escolar, associações e entidades sem fins lucrativos de caráter assistencial, filantrópico, educacional, cultural e de desporto em geral, e as entidades que atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, observando-se, ainda, as disposições contidas no artigo 19 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A concessão de subvenções sociais só se dará a entidades previamente registradas nos respectivos Conselhos Municipais, Entidades de Classe, e desde que não estejam inadimplentes, com relação à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajustes, contribuições, auxílios e similares.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

Art. 31. É vedada à destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não tornem suas contas acessíveis à sociedade civil.

Art. 32. As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos, pelo Poder Público Municipal, bem como pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, respeitadas suas peculiaridades legais, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:

I – custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

III – contrapartida das operações de crédito; e

IV – garantia do cumprimento dos princípios constitucionais em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto no artigo 40 desta Lei.

Parágrafo único Somente depois de atendidas às prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 33. As ações e metas remanescentes do Plano Plurianual de 2002 a 2005, que forem extremamente relevantes para a continuidade dos serviços públicos, caso não constem do próximo PPA, ficam automaticamente transpostas para o exercício financeiro de 2006.

Art. 34. O Poder Executivo implementará em 2006, o sistema de planejamento e de controle interno, visando, dar cumprimento às exigências da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O controle de custos e avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea “e”, e 50, § 3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, serão realizados pelo sistema de controle interno ou pelo sistema de planejamento referido no caput deste artigo, conjunta ou isoladamente com a Secretaria Municipal de Gestão e demais Secretarias.

**CAPÍTULO V**

**DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL**

Art. 35. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado de Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade e da exclusividade.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Art. 36. É vedada à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II – o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III – as alterações tributárias.

Art. 38. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 39. O Município aplicará no mínimo, quinze por cento em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 40. Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no mínimo cinco por cento, na Função Assistência Social.

Parágrafo único. A base de cálculo para se aferir o percentual do caput será a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2004.

Art. 41. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 42. O órgão central de finanças, encarregado do planejamento orçamentário, comandará as alterações orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor das demais unidades orçamentárias, objetivando a aplicação em áreas prioritárias de maior concentração de necessidade de serviços públicos.

Parágrafo único. O órgão central de finanças autorizado, encarregado pelo planejamento orçamentário, poderá criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza nos projetos ou atividades existentes (elementos, fontes de recursos e seus respectivos valores), afim de ajustar às necessidades da Administração Municipal.

Art. 43. A abertura de Créditos Adicionais indicará, obrigatoriamente, a fonte de recursos suficientes para a abertura respectiva, mediante autorização do legislativo, e destinadas a:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

I- alterar grupo de despesa, fonte e modalidade de aplicação, desde que não haja modificação no valor previsto do gasto do respectivo projeto/atividade;

II- suprir as dotações que resultarem insuficientes, após a atualização prevista nos artigos 58 e 66 desta lei, destinadas a atender:

a) despesas relativas à aplicação de receitas vinculadas que excedam à previsão orçamentária correspondente;

b) despesas relativas aos seguintes Grupos de Despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, segundo as leis vigentes;

c) aplicação de receitas próprias das entidades da administração indireta que excedam a previsão orçamentária correspondente;

d) outras despesas não compreendidas nas alíneas, "a" e "b", até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

## CAPÍTULO VI

### DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 45. O orçamento Fiscal destinará recursos, mediante projetos específicos, às empresas que compõem o Orçamento de Investimento.

Art. 46. O Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terão sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto e/ou atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 47. Não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento as normas gerais da Lei Federal nº 4.320/64 no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados.

§ 1º Excetua-se do dispositivo neste artigo à aplicação, no que lhe couber, dos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320/64 para as finalidades a que se destinam.

§ 2º Os desembolsos com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimentos nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

§ 3º A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes dos orçamentos globais de cada uma das entidades referidas neste artigo com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

**CAPÍTULO VII**

**DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 48. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá aos disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e 163 a 181 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I – das contribuições sociais previstas constitucionalmente;
- II – das Receitas Próprias dos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;
- III – de transferência de recursos do orçamento fiscal do Município, sob forma de contribuições;
- IV – de convênios ou transferências de recursos do Estado e/ou da União.

Parágrafo único Os recursos para atender as ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

Art. 49. A proposta orçamentária da seguridade fiscal social será, elaborada pelas Unidades Orçamentárias e os Conselhos dos respectivos Fundos aos quais competirá, também, acompanhar e avaliar a respectiva execução física dos orçamentos, respeitando as prioridades definidas no artigo 2º, desta Lei.

**CAPÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS COM PESSOAL  
E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 50. As despesas com pessoal e encargos sociais dos poderes Executivo e Legislativo serão fixadas observando-se ao disposto, nas normas constitucionais aplicáveis na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e na legislação municipal em vigor.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

Art. 51. O reajuste salarial dos servidores municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e os artigos 18, 19, 20, 21 e 71 da Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 52. Para efeitos de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, e art. 37, incisos XII, e XIV, da Constituição Federal, os Poderes Executivo e Legislativo poderão propor projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal de forma a:

I – melhorar a qualidade do serviço público, mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

II – proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento dos recursos humanos;

III – proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

IV – melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infra-estrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, segurança no trabalho e justa remuneração.

V – proporcionar aos servidores municipais, e seus familiares, assistência médico-profissional para aqueles que necessitam em virtude de dependência química, problemas psicológicos entre outros.

§ 1º. Observadas as disposições contidas nos artigos 50 e 51 desta lei e demais disposições legais pertinentes, o Executivo e o Legislativo poderão propor projetos de lei visando:

I – à reorganização dos planos de cargos, carreira e salários decorrentes da aplicação do disposto nos artigos, 48 II, 54 I e II e 53 IV e VI, da Lei Orgânica do Município;

II – à concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

III – ao provimento de cargos e contratações de emergência, estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;

§ 2º. Para atingir os fins do caput deste artigo os poderes, Executivo e Legislativo, implementarão as seguintes medidas, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

I - continuidade da implantação do disposto no inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

II - instituição de valor máximo de remuneração, para os servidores dos Poderes Legislativo e Executivo;

III - incremento da compensação financeira entre o Regime de Previdência do Município com os da União, Estados, outros municípios e Regime Geral;

IV - aumento da receita corrente líquida, por meio do incremento das ações fiscais.

Art. 53. As regras previstas nos artigos 50, 51 e 52 desta lei, estendem-se ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores do Município de Coxim.

Art. 54. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 aplica exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do disposto no caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares, aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade:

II – não sejam inerentes à categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente.

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 55. A despesa com pessoal ativo, inativo, pensionista e encargos sociais do Executivo não poderá exceder no exercício de 2006, ao limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das respectivas receitas correntes líquidas (RCL), na forma por que dispõe a alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - Entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuição, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, e excluídas:

I – contribuição dos servidores para o custeio, de seu sistema de previdência e assistência social;

II – transferências voluntárias da União e do Estado.

§ 2º - A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

Art. 56. A verificação do cumprimento do limite estabelecido no artigo anterior, será realizada ao final de cada bimestre.

Parágrafo único – Na hipótese da despesa de pessoal exceder a 95%, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 57. Fica autorizada a realização de concurso público para todos os Poderes desde que seja para suprir deficiência de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município observados os limites legais.

**CAPÍTULO IX**

**DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO  
TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO**

Art. 58. Ocorrendo alterações, na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 59. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou outro indexador que venha a substituí-lo.

Art. 60. O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, com o objetivo de promover:

I – à revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal, bem como minimizar situações de despesa com lançamentos e cobrança de valores irrisórios;

II – à revisão da legislação sobre o uso do subsolo e do espaço aéreo da Cidade;

III – à adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas estaduais e federais;

IV – à modernização dos procedimentos de administração tributária, especialmente quanto ao uso dos recursos de informática;

V - ao controle da Circulação de Mercadorias e Serviços produzidos e comercializados no Município, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

VI - às amostragens populacionais periódicas, visando à obtenção de ganhos maiores nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em função de receita da União, do Imposto Sobre Produtos Industrializados;

VII - continuidade à implementação de medidas tributárias de proteção à economia local, em especial, às cadeias tradicionais e históricas do município, geradoras de renda e trabalho; e

VIII – fiscalização e controle de renúncias fiscais condicionadas.

Art. 61. Imposto sobre a propriedade predial e Territorial Urbana – IPTU de 2006, terão desconto de vinte por cento do valor lançado para pagamento em cota única, e de dez por cento quando pago em até cinco parcelas, no vencimento.

Art. 62. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa até o montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais) não serão objeto de cobrança judicial, ante o princípio da economicidade, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os incentivos para pagamento em cota única, ou com redução do número de parcelas, bem como redução de juros e multas para recolhimento da Dívida Ativa, por período fixado em Lei específica, também não se constituem em renúncia de receita em decorrência da previsão constante Anexo II – Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 63. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2006 serão observados os incentivos e os benefícios estabelecidos por Leis Municipais de Isenções e, de incentivo à Industrialização, e ainda aquelas previstas no Código Tributário do Município conforme detalhado no Anexo II – Metas Fiscais – Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita.

Art. 64. Os valores apurados nos artigos 60, 61 e 62 desta lei não serão considerados na previsão da receita de 2006, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art. 65. O Município de Coxim implantará o Refis Municipal – Refinanciamento Fiscal do Município, visando ao refinanciamento dos tributos municipais, por meio de lei específica.

**CAPÍTULO X**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 66. Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2006 ao Legislativo Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

Parágrafo único. Ficam, automaticamente, revistas às previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária/2006.

Art. 67 Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do artigo 182 da Constituição; e

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, aqueles cujos valores não ultrapassem, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 68. Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II – no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas às prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 69. Cabe a Secretaria Municipal de Gestão através do setor responsável pelo planejamento, a responsabilidade pela coordenação e elaboração da proposta orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único A Secretaria Municipal de Gestão determinará sobre:

I – o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II – a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações, Fundos e Sociedades de Economia Mista; e

III – as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 70. Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta, pelas Autarquias, pela Fundação e pelos Fundos Municipais integrantes do Orçamento Fiscal, incluídas as diretamente arrecadadas serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

Art. 71. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das disponibilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 72. os recursos provenientes de convênios repassados para o Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria Municipal de Gestão.

Art. 73. A Secretaria Municipal de Gestão divulgará, no prazo de vinte dias após a publicação da lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária contidos no Orçamento Fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 74. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166, da Constituição Federal.

Art. 75. O chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipais, através de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 76. Se o Projeto de Lei orçamentária não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2006, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Art. 77. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito., 16 de Junho de 2005.

  
**Moacir Kohl**  
**Prefeito Municipal**  
**Coxim/MS**



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO I – AÇÕES PROPOSTAS**

**PROGRAMAS, AÇÕES E METAS**

**001 – DO PODER EXECUTIVO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**

1. Integração do Sistema de Informatização da Prefeitura
2. Construção de um alojamento e banheiro para o guarda da Prefeitura.
3. Troca de toda a rede elétrica da Prefeitura Municipal
4. Construção de estacionamento junto à Prefeitura.
5. Qualificar funcionários através de cursos.
6. Aquisição de Máquinas Copiadora para : Gestão, SENDESI e Promoção Social
7. 01 carro utilitário
8. 01 carro automóvel
9. 01 motocicleta
10. 06 computadores e outros componentes

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**

11. Construção de um Centro da Juventude
12. Construção de uma piscina no Centro de Convênio Real Idade
13. Construção de um Centro de Múltiplo Uso no Bairro Piracema e no Loteamento Vale do Taquari
14. Construção de uma Praça na Quadra 36 do Bairro Senhor Divino – acima do Centro Comunitário
15. Construção da sede própria da Casa de Abrigo Nosso Lar
16. Construção de uma quadra poli-esportiva coberta no Programa Raio de Sol no Distrito de Silviolândia
17. Ampliação de CEMI – Centro Municipal de Informática

M



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

18. Ampliação dos Centros de Múltiplo Uso dos Bairros Primeiro de Maio, Jardim dos Oitis, Nova Coxim e Jardim Europa
19. Ampliação do Centro de Convivência Ofélia Romano e PETI I
20. Implantação de Programa de Doação de Kit Sanitário.
21. Implantação de Programa de Doação de Kit de Material de Construção
22. Implantação de Programa de Doação de Caixas d'Água.

**DIRETORIA DE CULTURA**

23. Aparelhamento do Museu Arqueológico e Histórico de Coxim.
24. Reestruturação da Biblioteca Pública Municipal "Odilon Ferreira"
25. Equipamento da Casa do Artesão de Coxim
26. Implantação das Oficinas de Arte
27. Reforma da Prefeitura Velha para implantação da Galeria de Exposições e Sala de Cursos e Oficinas (segunda etapa)

**DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER**

28. Construção de 10 quadras de areia nos Bairros Piracema, Nova Coxim, Mangabeira, São Paulo, Senhor Divino, Pequi, Santa Maria, Jardim da Barra, Vale do Taquari e Silviolândia.
29. Reforma do Centro Esportivo Ademir Mochi
30. Construção de duas pistas de Skate

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

31. Democratizar o acesso à escola pública municipal, em especial aos segmentos historicamente dela excluídos, prioritariamente nos níveis de ensino infantil e fundamental, em todas as suas modalidades em ensino, desenvolvendo ações que visem atender a demanda, através da oferta de



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

- vagas, da implementação de programas e projetos da área pedagógica, do transporte escolar, da reforma e ampliação de unidades escolares.
32. Promover a escola como espaço público de produção e desenvolvimento de atividades artístico-culturais, de lazer, esporte e de recreação.
  33. Promover a qualificação do seu quadro de pessoal, promovendo e intensificando a participação dos servidores do município em cursos de treinamento e desenvolvimento.
  34. Construção de um centro de Educação Infantil no Loteamento Vale do Taquari.
  35. Construção de um centro de Educação Integrada – CEU – entre o Jardim Europa e Pequi III.
  36. Aquisição de ônibus para transporte escolar.
  37. Construção de quadra coberta nas escolas Marechal Rondon e Villian Tavares.
  38. Ampliação dos Centros de Educação Infantil Nely Martins – Pólo, Senhor Divino – Pólo e Extensão Vila dos Pequis.
  39. Reforma de escolas rurais.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA**

40. Garantir a distribuição de medicamentos à população carente.
41. Realizar ações que visem assistência à saúde da população através de serviços regionalizados, do gerenciamento do Sistema Único de Saúde no município.
42. Promover ações que visem o controle e a prevenção de doenças, através da Vigilância Epidemiológica, do controle epidemiológico de campanhas preventivas junto à população.
43. Instalar centrais de regulação de ações e serviços de saúde nas regionais de saúde.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

44. Ampliar e aperfeiçoar o sistema de informação em saúde, visando à qualificação do processo decisório e da participação social, além da avaliação das ações e serviços de saúde.
45. Construção de um Posto de Saúde no Patrimônio Alves Planalto.
46. Aquisição de ambulância – Unidade Móvel de Saúde
47. Aquisição de equipamentos para fisioterapia.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

48. Pavimentação de Vias Urbanas.
49. Melhoria de pavimento de Vias Urbanas
50. Construção de Praças Públicas.
51. Reforma e Ampliação de Praças Públicas.
52. Manutenção e ampliação de coleta de lixo.
53. Coleta seletiva de lixo.
54. Melhoria de ruas não pavimentadas com revestimento primário.
55. Construção de ciclovias.
56. Extensão da rede de energia elétrica para atender Prédios Localizados na zona urbana da sede.
57. Reposição e Manutenção da Rede de Iluminação Pública ( Kits )
58. Implantação de luminárias e substituição.
59. Ampliação da Rede de Eletrificação Rural.
60. Ampliação e Melhorias de Cemitérios Municipais.
61. Criar Encubadeira Industrial para Possibilitar o Incremento da Pequena e Média Indústria no Município.
62. Construção de Casas Populares do Programa Habitacional da Caixa Econômica Federal Tijolo por Tijolo.
63. Lotes Sociais urbanizados com infra-estrutura básica.
64. Melhoria de condições habitacionais com fornecimento de kit de material.
65. Cesta básica de material para construção de moradia em lotes urbanizados.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

66. Aquisição de áreas e loteamentos clandestinos para dar oportunidade de que pequenos possuidores de lotes urbanos regularizem a propriedade.
67. Implantação do programa habitacional rural.
68. Conservação da malha rural
69. Construção de pontes na Zona Rural
70. Construção de galerias e aterros
71. Aquisição de Caminhões Basculantes
72. Aquisição de Motoniveladora
73. Aquisição de Retro Escavadeira
74. Aquisição de trator de esteira
75. Aquisição de rolo compactador liso
76. Construção de Estradas Vicinais
77. Aquisição de Pá Carregadeiras
78. Sapo
79. Reforma e Melhoria do Aeroporto Municipal
80. Construção de aceso ao Aeroporto Municipal.
81. Implantação do Programa de Municipalização do Trânsito
82. Sinalização horizontal e vertical de ruas e avenidas.
83. Projetos para implementação de áreas definidas como de Preservação Ambiental.
84. Regularização fundiária de áreas de Conservação da Natureza.
85. Implantação de sistema Via Internet
86. Sistema integrado de rede de computação
87. Implantação de sistema de geoprocessamento
88. Capacitação e Qualificação de Pessoal.
89. Aquisição de veículos
90. Aquisição de Móveis e Equipamentos para a Manutenção da Guarda Municipal
91. Apoio a Segurança no Município
92. Reforma da cobertura do Ginásio Ademir Moch, favorecendo a ventilação e eliminando o calor e a ressonância.
93. Fazer pista de atletismo ao redor do Campo Municipal de Futebol.
94. Iluminação, permitindo a caminhada de pessoas.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**

- 95. Início da construção do Prédio da Câmara Municipal e Prefeitura
- 96. Ampliação da área da Feira do Produtor
- 97. Criar o Camelódromo.
- 98. Substituição de Pontes de Madeiras por Concreto.
- 99. 01 Caminhonete Diesel – 4 x 4
- 100. 01 Automóvel
- 101. 02 Motocicletas

*M.*

PARTE 1

Demonstrativo | - Metas Anuais

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
ANO DE REFERÊNCIA 2006

LRF, art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	27.345.490,06	24.415.616,13	148,46	29.259.674,36	23.596.511,58	152,02	31.600.448,31	23.407.739,49	157,11
Receita Não-Financeira (I)	27.321.527,61	24.394.221,08	148,33	29.234.034,55	23.575.834,31	151,88	31.572.757,31	23.387.227,64	156,97
Despesa Total	27.345.490,06	24.415.616,13	148,46	29.259.674,36	23.596.511,58	152,02	31.600.448,31	23.407.739,49	157,11
Despesa Não-Financeira (II)	27.235.398,21	24.317.319,83	147,87	29.141.876,09	23.501.512,98	151,40	31.473.226,16	23.313.500,86	156,47
Resultado Primário (I - II)	86.129,40	76.901,25	0,47	92.158,46	74.321,34	0,48	99.531,15	73.726,78	0,49
Resultado Nominal	(22.134,85)	(19.763,26)	(0,12)	(47.146,70)	(38.021,53)	(0,24)	(24.785,29)	(18.359,47)	(0,12)
Dívida Pública Consolidada	4.060.940,22	3.625.839,48	22,05	4.434.140,63	3.575.919,86	23,04	4.788.871,88	3.547.312,50	23,81
Dívida Consolidada Líquida	1.669.830,33	1.490.919,94	9,07	1.581.770,61	1.275.621,46	8,22	1.447.473,86	1.072.202,86	7,20

Fonte:

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2006	2007	2008
PIB real (crescimento % anual)	4,5	4,5	4,5
Taxa de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,40	9,19	8,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	2,9	3,06	3,16
Inflação Média (% anual) projetada com base em Índice oficial de inflação	12,0	11	9
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhões	18.418.953,59	19.247.806,50	20.113.957,80

Metodologia de Cálculo dos Valores Constante:

2006  
Valor corrente / 1,12

2007  
Valor corrente / 1,24

2008  
Valor corrente / 1,35

*Aldom Pereira da Silva*  
Secretário Municipal de Gestão

*Moacir Kohl*  
Prefeito Municipal de Coxim



**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**ANO 2006**

LRF, art.4º, §2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em <Ano-2> (a)	%PIB	Metas Realizadas em <Ano-2> (b)	%PIB	Variação	
					Valor c=(b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total						
Receita Não-Financeira(I)						
Despesa Total						
Despesa Não-Financeira(II)						
Resultado Primário (I - II)						
Resultado Nominal						
Dívida Pública Consolidada						
Dívida Consolidada Líquida						

FONTE:

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para <Ano-2>

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para <Ano-2>	
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para <Ano-2>	

**OBSERVAÇÃO:** O Demonstrativo II não tem dados, por que o demonstrativo das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integra o anexo de metas fiscais, nos termos do inciso V, § 2º, do Art. 4º da LC. 101/100, e que por força do artigo. 63, da referida Lei o Município está desobrigado a elaborar o referido demonstrativo até o exercício financeiro de 2005.

*Aldom Pereira da Silva*  
Secretário Municipal de Gestão

*Marcir Kohl*  
Prefeito Municipal de Coxim

**Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**ANO 2006**

RF, art.4º, §2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	<Ano-3>	<Ano-2>	%	<Ano-1>	%	<Ano de Ref.>	%	<Ano+1>	%	<Ano+2>	%
Receita Total											
Receita Não-Financeira(I)											
Despesa Total											
Despesa Não-Financeira(II)											
Resultado Primário (I - II)											
Resultado Nominal											
Dívida Pública Consolidada											
Dívida Consolidada Líquida											

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	<Ano-3>	<Ano-2>	%	<Ano-1>	%	<Ano de Ref.>	%	<Ano+1>	%	<Ano+2>	%
Receita Total											
Receita Não-Financeira(I)											
Despesa Total											
Despesa Não-Financeira(II)											
Resultado Primário (I - II)											
Resultado Nominal											
Dívida Pública Consolidada											
Dívida Consolidada Líquida											

ONTE:

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
<Ano-3>	<Ano-2>	<Ano-1>	<Ano de Ref.>	<Ano+1>	<Ano+2>

Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - PCA, divulgado pelo IBGE.

<Ano-3>

Valor Corrente x 1,1183

<Ano-2>

Valor Corrente x 1,055

<Ano-1>

Valor Corrente

<Ano de Ref.>

Valor Corrente / 1,06

<Ano-1>

Valor Corrente / 1,1289

<Ano-2>

Valor Corrente / 1,2023

*Aldemir Pereira da Silva*  
Secretário Municipal de Gestão

*Maquir Kohl*  
Prefeito Municipal de Coxim

**OBSERVAÇÃO:** O Demonstrativo III não tem dados, por que o demonstrativo das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integra o anexo de metas fiscais, nos termos do inciso V, § 2º, do Art. 4º da LC. 100/100, e que por força do artigo 63, da referida Lei o Município estava desobrigado a elaborar o referido demonstrativo até o exercício financeiro de 2005. Sendo assim, não tem como confrontar dados.

  
Moacir Kohl  
Prefeito Municipal de Coxim

  
Aldem Pereira da Silva  
Secretário Municipal de Gestão

## 64 - ANEXO DE METAS FISCAIS – MANUAL DE ELABORAÇÃO

### **Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2006**

LRF, art. 4º, §2º, inciso III

R\$ milhares						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<ANO-4>	%	<ANO-3>	%	<ANO-2>	%
Patrimônio / Capital	5.646.699,94	1.00	6.663.032,93	1.00	4.877.287,00	1.00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1.00	6.663.032,93	1.00	4.877.287,00	1.00

#### REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<ANO-4>	%	<ANO-3>	%	<ANO-2>	%
Patrimônio / Capital	2.101.883,18	1.00	838.545,63	1.00	280.868,34	1.00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.101.883,18	1.00	838.545,63	1.00	280.868,34	1.00

Fonte:

Notas:

Houve redução do Patrimônio/Capital, em virtude de um aumento do passivo financeiro que representa em sua quase totalidade despesas de folha de pagamentos, encargos e obras efetuadas através de convênio.

  
Aldom Pereira da Silveira  
Secretário Municipal de Gestão

  
Moacir Kohl  
Prefeito Municipal de Coxim

**Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**ANO 2006**


LRF, art.4º, §2º, inciso III

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>ANO -2 (a)</b>	<b>ANO -3 (d)</b>	<b>ANO -4</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	20.775,68	24.877,16	21.764,83
Alienação de Bens Imóveis	1.365,30	6.277,96	201.621,84
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>22.140,98</b>	<b>31.155,12</b>	<b>223.396,67</b>

<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>ANO -2 (b)</b>	<b>ANO -3 (e)</b>	<b>ANO -4</b>
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Investimentos	26.592,92	39.142,82	284.307,83
Inversões Financeiras			
Amortização/Refinanciamento da Dívida			
<b>DESPESAS CORRENTES DO RPPS</b>			
<b>TOTAL ( II )</b>	<b>26.592,92</b>	<b>39.142,82</b>	<b>284.307,83</b>
	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )</b>	<b>-4.451,94</b>	<b>-7.987,70</b>	<b>-60.911,16</b>

**FONTE: BALANÇOS DOS ANOS DE 2002/2003 E 2004**

OBS: A PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM ADQUIRIU MAIS BENS IMÓVEIS DO QUE VENDEU BENS MÓVEIS, E QUE O PATRIMÔNIO AUMENTOU, POIS A DESPESAS NESSE CASO SIGNIFICA AUMENTO DE PATRIMÔNIO E NÃO DÉFICIT.

  
**Aldem Pereira da Silveira**  
Secretário Municipal de Gestão

  
**Moacir Kohl**  
Prefeito Municipal de Coxim

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**  
**ANO DE REFERENCIA 2006**

LRF, art 4º, § 2, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2002	2003	2004
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receitas de contribuições			
Pessoal Civil	248.627,01	407.821,46	570.756,77
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial	10.612,09	11.508,68	270.369,97
Outras Receitas Correntes	352,27		67.725,69
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS RPPS</b>			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuições Patronal Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil	41.885,02	240.877,98	737.049,71
Pessoal Militar			
<b>REPASSES PREVID P/ COBERTURA DE DÉFICIT</b>			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>301.476,39</b>	<b>660.208,12</b>	<b>1.645.902,14</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>			
Despesas Correntes	20.608,05	62.879,62	113.259,57
Despesas de Capital	4.411,00	693,00	
<b>PREVIDENCIA SOCIAL</b>			
Pessoal Civil		39.322,01	399.562,61
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd de Aposent RPPS e RGPS			
Compensação Previd de Pensões RPPS e RGPS			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>25.019,05</b>	<b>102.894,63</b>	<b>512.822,18</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)</b>	<b>326.495,44</b>	<b>763.102,75</b>	<b>2.158.724,32</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>			

fonte:

\* O disponível tem aumentado consideravelmente em virtude que os aposentados e pensionistas estão abaixo da expectativa dos cálculos atuarial agregados a uma eficiente administração do Instituto uma vez que os recursos aplicados no mercado financeiro tem auferido rendimentos bem acima da inflação.

*Aldom Pereira da Silva*  
 Secretário Municipal de Gestão

*Moacir Kohl*  
 Prefeito Municipal de Coxim

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS  
ANO DE REFERENCIA 2006

LRF, art 4º, § 2, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	RECEITA CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA	RECEITA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO valor (D)=(A+B-C)	REPASSE RECEBIDO DE DÉFICIT RPPS (e)
2004	1.190.030,80	651.779,87	538.250,93	820.341,07	369.689,73	
2005	1.728.504,53	946.701,93	781.802,60	829.668,95	898.835,58	0,00
2006	1.841.315,73	1.008.488,63	832.827,10	844.562,73	996.753,00	0,00
2007	1.954.185,74	1.070.307,53	883.878,21	859.366,62	1.094.819,12	0,00
2008	2.067.115,15	1.132.158,97	934.956,18	892.954,81	1.174.160,34	0,00
2009	2.171.550,15	1.189.358,02	982.192,13	925.091,18	1.246.458,97	
2010	2.182.931,06	1.195.591,34	987.339,72	945.746,81	1.237.184,25	
2011	2.194.425,78	1.201.887,00	992.538,78	985.243,74	1.209.182,04	
2012	2.206.035,45	1.208.245,62	997.789,83	1.023.369,93	1.182.665,52	
2013	2.217.761,21	1.214.667,81	1.003.093,40	1.050.691,85	1.167.069,36	
2014	2.229.604,23	1.221.154,24	1.008.449,99	1.077.387,42	1.152.216,81	
2015	2.241.565,68	1.227.705,52	1.013.860,16	1.204.150,08	1.037.415,60	
2016	2.253.646,74	1.234.322,32	1.019.324,42	1.269.752,45	983.894,29	
2017	2.265.848,62	1.241.005,29	1.024.843,33	1.303.126,86	962.721,76	
2018	2.278.172,51	1.247.755,08	1.030.417,43	1.415.362,30	862.810,21	
2019	2.290.619,65	1.254.572,38	1.036.047,27	1.495.680,58	794.939,07	
2020	2.303.191,25	1.261.457,85	1.041.733,40	1.655.848,41	647.342,84	
2021	2.315.888,57	1.268.412,17	1.047.476,40	1.814.708,84	501.179,73	
2022	2.328.712,86	1.275.436,03	1.053.276,83	1.942.073,85	386.639,01	
2023	2.341.665,40	1.282.530,14	1.059.135,26	2.148.857,21	192.808,19	
2024	2.354.747,46	1.289.695,18	1.065.052,28	2.283.495,45	71.252,01	
2025	2.367.960,34	1.296.931,88	1.071.028,46	2.437.123,04	(69.162,70)	

Conforme previsto no artigo 18, inciso I, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 032/2001 de 15/10/2001, que a contribuição do município de Coxim-MS, será acrescida de 0,5% ao ano a partir de 01 de julho de 2002 até atingir o percentual de 11%.

*Ademir Ferreira da Silveira*  
Secretário Municipal da Gestão

*Magacir Kahl*  
Prefeito Municipal de Coxim

**Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**

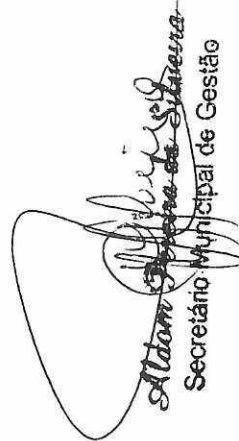
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
ANO DE REFERÊNCIA 2006

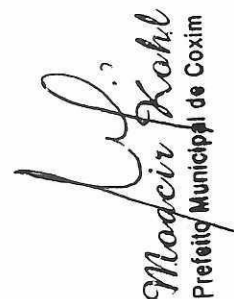
LRF, art.4º, §2º, inciso V

SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA							R\$ milhares
	Tributo/Contribuição	2004	2005	2006	2007	2008		
Industria	ISSQN	32.759,85	34.397,84	32.677,95	32.795,00	31.658,00	COMPENSAÇÃO	
Comércio	ALVARÁ	14.685,00	12.687,00	13.321,35	12.142,80	11.687,00		
Serviços								
Aposentados	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12.250,00	11.565,00	10.865,00	10.658,00	11.190,90		
Pensionistas	IPTU	13.993,00	14.692,65	15.427,28	16.198,64	16.548,20		
<b>TOTAL</b>		<b>73.687,85</b>	<b>73.342,49</b>	<b>72.291,58</b>	<b>71.794,44</b>	<b>71.084,10</b>		

Fonte: Código Tributário Municipal - Lei nº 052/2.003

Notas: De acordo com a Lei Complementar nº 101/2.000, no dispositivo do artigo 14, Inciso I, o montante da previsão de incentivo ou benefício será considerado na estimativa de receita da Lei orçamentária e não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso haja algum incentivo acima do previsto será criado um mecanismo de incremento da Receita para a sua compensação.

  
**Aldemir de Oliveira**  
Secretário Municipal de Gestão

  
**Moacir Kohl**  
Prefeito Municipal de Coxim

**Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de  
Caráter Continuado**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM-MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado  
ANO DE REFERÊNCIA 2006

LRF, art.4º, §2º, inciso V

R\$ milhares

EVENTO	Valor Previsto Ano de Referência
Aumento permanente da Receita	1.547.857,93
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEF	367.268,38
Saldo Final do Aumento de Receita (I)	1.180.589,55
Redução Permanente de Despesa(II)	22.134,85
Margem Bruta (III)=(I+II)	1.202.724,40
Saldo Utilizado (IV)	882.360,00
Impacto de Novas DOCC	882.360,00
Margem Líquida Expansão de DOCC (III-IV)	320.364,40

Fonte:

- \* Balanço Financeiro do ano de 2002.
- \* Balanço Financeiro do ano de 2003.
- \* Balanço Financeiro do ano de 2004
- \* Orçamento de 2005.

Na apuração da margem de expansão das DOCC - Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado, é prevista a Redução Permanente de Despesas através da racionalização da utilização dos recursos humanos. O valor atribuído ao campo Aumento Permanente de Receita foi gerado a partir da elevação da alíquota do ICMS do Estado a que pertence o Município "A", e também pela instituição da Contribuição de Iluminação Pública, prevista no art. 149 - A, da Constituição Federal.

  
Aldom Pereira da Silva  
Secretário Municipal de Gestão

  
Moacir Kohl  
Prefeito Municipal de Coxim

*A  
apuração líquida para  
emissão de Parcerias  
25/04/2005  
Edson*